

- **Governo busca redefinição das relações trabalhistas com nova legislação**
- **Governo chinês altera alíquotas de exportação e importação**
- **Incidentes internacionais alimentam debate sobre a qualidade dos produtos chineses**
- **Dragonomics: a ascensão chinesa concede segunda chance ao desenvolvimento das economias latino-americanas**

Mercado de trabalho

Aumento dos custos de mão-de-obra na China é anterior à proteção ao trabalhador conferida por nova legislação trabalhista

Em resposta aos crescentes superávits comerciais, pressão de organismos internacionais e, sobretudo, aumento de manifestações sociais impulsionado por desequilíbrios sociais, o governo chinês aprova nova legislação que promete maior proteção aos trabalhadores. A busca pela redefinição das relações trabalhistas, um dos pilares para a construção da "sociedade harmoniosa", se dará por meio do aumento do poder de negociação dos trabalhadores, resultante da criação de sindicato coletivo único para funcionários de empresas estrangeiras e domésticas – o All China Federation of Trade Unions (ACFTU), bem como pelo aumento do número de contratos formais entre empregadores e empregados.

A campanha pela filiação de trabalhadores de empresas domésticas e estrangeiras a um mesmo sindicato começou em março de 2006. Naquela época, apenas 30% dos funcionários de empresas estrangeiras eram sindicalizados. Ao final do mesmo ano, o número de filiados alcançou 60%, e a meta para 2007 é de que 80% dos trabalhadores de empresas estrangeiras sejam filiados à organização. A campanha, anunciada pelo presidente Hu Jintao, já sinalizava naquele momento preocupações do governo chinês com a perda de controle sobre as relações de trabalho nos centros urbanos.

O setor privado é responsável pela maioria dos postos de trabalho na China. Em 2006, dados do Economist Intelligence Unit (EIU) indicavam que as empresas estatais (SOEs, na sigla em inglês) e os cargos ligados diretamente ao governo eram responsáveis por apenas 12% da oferta de emprego no país. A nova legislação configura-se como esforço do governo para regular a dinâmica de organização social chinesa, uma vez que o Estado já não mais representa o maior empregador no país. A ACFTU, que na prática assemelha-se a órgão governamental por seus escritórios estarem subordinados a autoridades locais do Partido Comunista, passa a controlar as negociações entre empregados e empregadores da iniciativa privada.

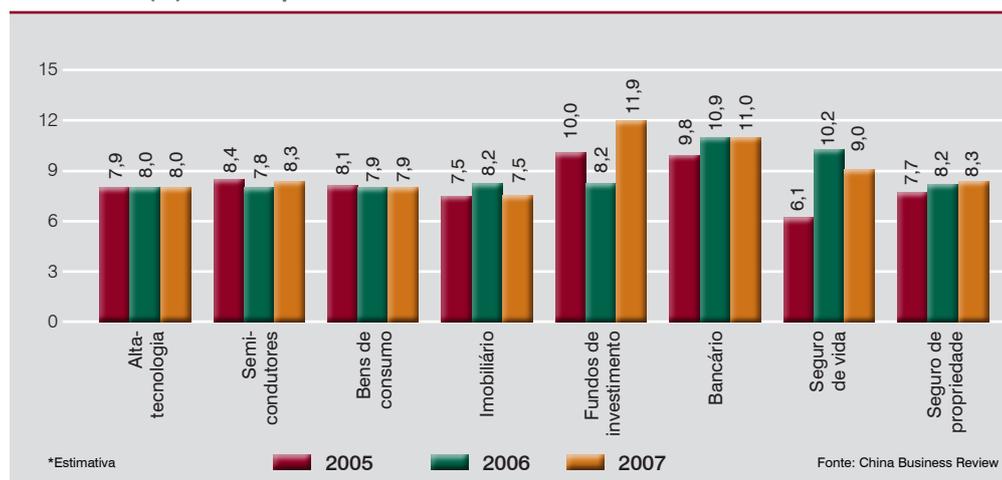
A exigência de elaboração de contratos mais detalhados e firmados previamente ao início das atividades do trabalhador reduz a imunidade do empregador em ações trabalhistas. A ausência de contrato comprometia não somente o vínculo empregatício, como também dava margem a alterações repentinas dos termos acordados e dificultava a fiscalização do cumprimento de leis trabalhistas do país, como desrespeito aos salários mínimos provinciais e jornadas excessivas de trabalho.

Dessa forma, o maior controle sobre os contratos de trabalho agora garantido em lei deverá servir, segundo o governo, como catalisador de reformas trabalhistas, que perpassam por melhoria das condições de trabalho e aumento de salários e benefícios. Com a expectativa de elevação da renda média nacional, o governo visa não somente atenuar a pressão pela redução da desigualdade no país, como também outras questões sensíveis à sustentabilidade econômica e política da China: consumo interno reduzido e volumosos superávits comerciais. Maiores salários e benefícios implicam em aumento do mercado consumidor interno, pressão sobre o preço final dos produtos, desestímulo às exportações e, conseqüentemente, suavização de tensões com parceiros comerciais.

Contudo, embora seja um marco no sistema jurídico da China – uma vez que regula de forma direta os contratos de trabalho e sua rescisão, especialistas crêem que a nova legislação produzirá apenas efeito limitado sob o custo de produção imediatamente após entrar em vigor, no início de 2008. Províncias que competem entre si por investimento podem evitar punir empresas que infringem a lei com receio de comprometer a prosperidade econômica regional. Ainda, sob controle do Partido Comunista, a ACFTU pouco encoraja a organização de filiados em busca de melhores condições de trabalho e remuneração. Outro entrave à eficiência e cumprimento da nova lei é o fato de que o documento é pouco específico, conferindo maior flexibilidade às interpretações e decisões da Suprema Corte.

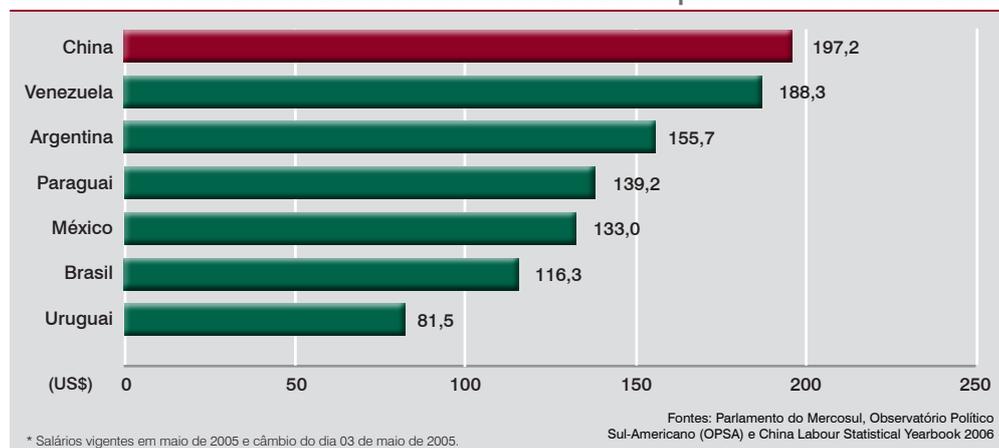
O custo da mão-de-obra chinesa sobe mesmo antes da nova lei – O encarecimento da mão-de-obra, embora atenuado pelo aumento da produtividade, já é algo concreto no país e anterior aos estudos sobre a nova legislação, iniciados em 2006. Dados do governo demonstram que o aumento médio dos salários na China em 2005 foi de 15%, com base em estatísticas do ano anterior. Já no acumulado de 2001 a 2005, a variação anual média dos salários dos trabalhadores foi de 62%. A estimativa é de que em 2007 os salários sofram aumento de cerca de 10%, sendo o setor financeiro o maior responsável pela pressão salarial.

Incremento (%) salarial por setor – 2005 a 2007*



Em maio de 2005, a média do salário das províncias chinesas excedeu o salário mínimo de todos os países do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), Venezuela e México. No caso do Brasil, a média dos salários chineses superou em aproximadamente US\$ 80 o salário mínimo brasileiro. Dessa forma, parte da origem da competitividade da mão-de-obra chinesa explica-se pelo volume de encargos sociais. Enquanto os impostos pagos pelos empregadores na China variam de 25% a 52% sobre a folha salarial, no Brasil os encargos chegam a 105%.

Salário mínimo da América Latina versus média de salários provinciais da China – 2005*



O crescimento acelerado da demanda por trabalhadores qualificados é um dos principais fatores responsáveis pelo encarecimento da mão-de-obra. As qualificações necessárias ao trabalhador chinês na era pós-reforma e abertura econômica diferem significativamente de duas décadas anteriores, e o sistema educacional ainda está em fase de adaptação às exigências de um novo mercado de trabalho.

Pesquisa coordenada pela consultoria McKinsey & Company indica que falta de experiência prática (o ensino nas instituições chinesas é fundamentalmente teórico), dificuldade em trabalhar em equipe e pouco domínio da língua inglesa são as deficiências mais recorrentes identificadas por empresas estrangeiras na contratação de mão-de-obra local. Esse cenário tem impulsionado a inflação de salários de profissionais qualificados. Desde 2002, o salário de funcionários de multinacionais no país sofreu aumento médio anual de 8%. No setor de tecnologia da informação, recursos humanos, vendas e finanças o aumento excede 20%, afirmam as consultorias de recursos humanos Mercer e Hewitt Associates.

Em resposta, verifica-se aumento dos investimentos do governo chinês em educação e incentivo ao intercâmbio de profissionais, à troca de experiências entre empresas e ao reingresso de profissionais a universidades em busca de cursos de atualização e especialização. Dados do EIU apontam que o número de estudantes chineses em universidades mais do que quintuplicou entre 1995 e 2005, passando de 2,9 milhões para 15,6 milhões.

Escolaridade média na China em 2005 – (%) da população

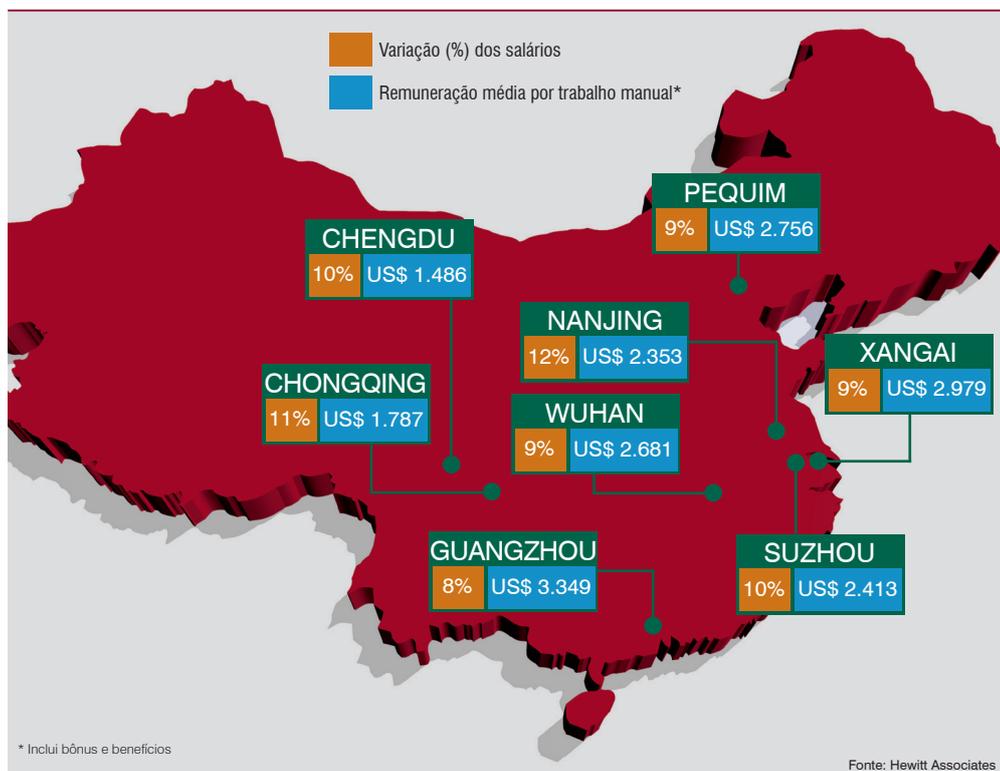
Grau de escolaridade	Média nacional	Setores				
		Manufatureiro	Construção	Informática	Bancário	Pesquisa científica
Analfabetos	3,2	1,3	1,9	0,2	0,1	0,2
Ensino fundamental – antigo primário	17,0	13,1	19,7	1,9	1,2	1,9
Ensino fundamental – antigo ginásio	43,3	52,8	52,8	17,5	10,1	13,8
Ensino médio	21,1	24,0	17,5	31,5	31	24,4
Ensino Superior – College*	9,8	6,1	5,6	27,2	36,3	26,0
Ensino Superior – Universidade	5,1	2,5	2,3	19,3	19,8	28,2
Pós-graduação	0,4	0,2	0,1	2,3	1,6	5,5

*Não há categoria idêntica no sistema educacional brasileiro. College seria uma formação de ensino superior de caráter generalista.

Fonte: China Labour Statistical Yearbook 2006

A pressão salarial no país é crescente, porém não uniforme entre as regiões. Na região costeira do país, área de maior desenvolvimento econômico, os salários excedem de forma expressiva a remuneração de cidades do interior. A valorização do trabalhador nos grandes centros urbanos tem motivado programas governamentais de revitalização de velhos parques industriais (*Go Northeast*) e fornecido incentivos fiscais à formação de novos pólos de atração (*Go West*).

Crescimento dos custos de mão-de-obra – Em 2005



A inserção de migrantes do campo em setores da economia de maior eficiência é um dos principais propulsores ao aumento do fator total de produtividade (TFP, em inglês) e contribuiu com cerca de 3% ao crescimento do PIB nas duas últimas décadas. Contrário ao caso chinês, a migração dos trabalhadores não exerceu impacto significativo sob o aumento da produtividade de países latino-americanos. O volume reduzido de novos empregos criados pelos setores mais produtivos da economia e a menor diferença entre os índices de produtividade do trabalhador rural e urbano – na América Latina a diferença é de aproximadamente 30%, enquanto na China é de 94% – explicam o cenário.

Até o momento, o salto de produtividade tem conseguido amenizar o impacto do aumento dos salários. Embora o baixo custo de mão-de-obra seja com frequência rotulado como a vantagem mais evidente à transformação da China em base produtiva mundial e origem de sua competitividade, análise mais cautelosa desmistifica esta afirmação. Investimento em infra-estrutura e educação, capital facilitado, estímulo à competição e economia de escala são fatores cruciais e deverão manter a competitividade da China no mercado internacional face à elevação do preço da mão-de-obra.

Comércio exterior I

Elevação da TEC é aprovada parcialmente

Com apoio dos demais membros do Mercosul, o Brasil conseguiu aprovar elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) sobre calçados de 20% para 35%, maior valor permitido pela Organização Mundial do Comércio (OMC). De acordo com o governo brasileiro, a proposta de nova alíquota para calçados – bem como para confecções e tecidos, que ainda segue sem apoio total de todos os sócios do Mercosul – visa atenuar concorrência de produtos chineses em mercados do bloco e, sobretudo, no âmbito doméstico. Na prática, trata-se de medida que posterga os problemas enfrentados pelo setor, enquanto as necessárias políticas de longo prazo que estimulem o desenvolvimento do parque industrial brasileiro não são implementadas.

Durante a última reunião de Cúpula do Mercosul, realizada no final de junho, o governo brasileiro submeteu aos sócios do bloco proposta de elevação da TEC para calçados, confecções e tecidos – o último setor não constava na proposta brasileira inicial e foi incluído pela Argentina posteriormente na agenda de discussão. Apesar do apoio argentino, Paraguai e Uruguai vetaram a demanda do Brasil, que então iniciou processo de negociação. Ambos os países solicitaram extensão do prazo de avaliação das novas medidas tarifárias.

Leia mais na
Carta da China 27

O Paraguai resiste em aprovar aumento da alíquota sobre tecidos para 30%, conforme defendido pelo governo brasileiro, em razão de ausência de parque industrial forte no setor. Por depender de importações de tecidos, a economia paraguaia se beneficia dos baixos preços dos produtos chineses. Apesar de rejeitar novas tarifas sobre importações de tecidos, o Paraguai se pronunciou favorável à adoção de alíquota de 35% para confecções.

Para o Uruguai, a elevação da TEC sobre tecidos e confecções significaria dupla proteção à indústria doméstica e poderia gerar distorções no mercado interno. Recentemente, o governo do país adotou medidas em benefício de produtores locais dos setores. Mesmo no caso da Argentina, favorável à proposta para o segmento têxtil, ainda não há acordo sobre qual deverá ser a nova tarifa para tecidos. Enquanto o governo brasileiro sugere aumento de 16% para 30%, os argentinos defendem adoção de 26% sobre os artigos importados.

No âmbito doméstico, o Brasil também enfrenta opositores à elevação tarifária sobre tecidos. Segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Matérias-Primas Têxteis (Abitex), a medida elevaria o preço dos insumos eliminando os possíveis benefícios da nova alíquota para a produção nacional de confecções. A instituição destaca ainda que não há surto de importações de tecidos de seda e algodão, somente compras de tecidos de malha registrou crescimento significativo de janeiro a maio de 2007 em relação ao mesmo período do ano anterior, de 300%, afirma a Abitex.

Mediante aprovação de todos os membros do Mercosul, não será necessário esperar pela próxima reunião do bloco, em dezembro de 2007, para implementação da decisão. Assim como deverá ser feito para o setor de calçados até o final de julho, os quatro Estados-membros poderão acordar a validade da medida via teleconferência. Caso os outros sócios do bloco permaneçam reticentes a mudanças na TEC, o governo brasileiro poderá aplicar unilateralmente novas tarifas de importação sobre estes segmentos.

O governo brasileiro nega caráter protecionista da decisão e defende que a elevação das alíquotas sobre os artigos importados em questão é a saída imediata à concorrência desleal de produtos chineses. Enquanto ainda aguarda pelo consenso entre os parceiros do Mercosul sobre alteração tarifária para artigos têxteis, o Brasil também espera pela definição e implementação de políticas industriais favoráveis à reversão do quadro de competitividade do parque industrial nacional no longo prazo.

Comércio exterior II

China altera tarifas de comércio exterior para controlar superávit rompante

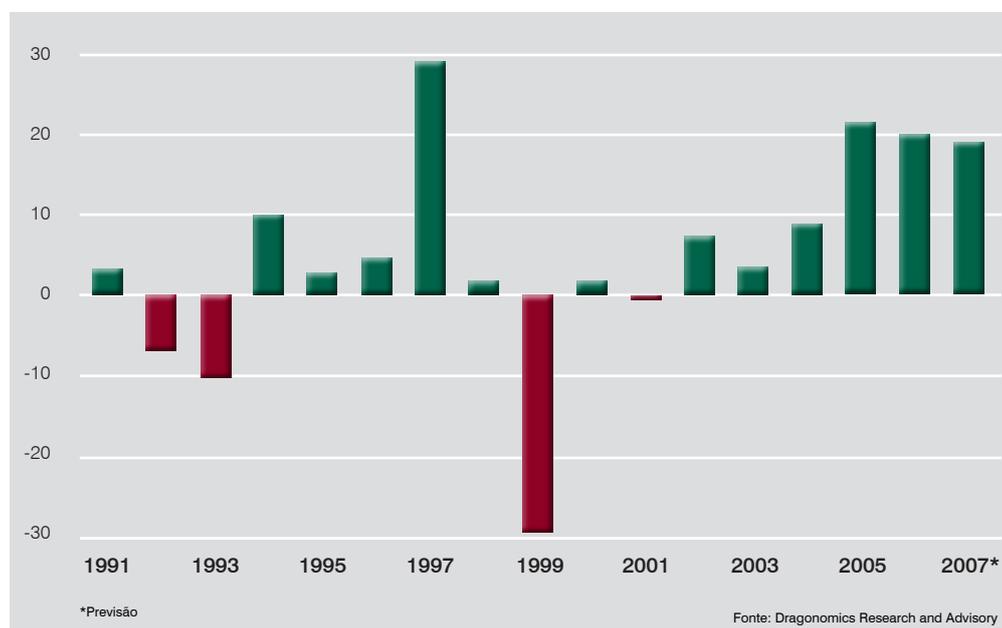
A China cortou benefícios de exportação de algumas categorias de produtos com intuito de controlar o crescente superávit comercial e aliviar fricções com parceiros comerciais. Benefícios concedidos a quase três mil produtos sofreram cortes, conforme medida divulgada em 19 de junho e efetivada em 1º de julho. A mudança consiste na redução e, em alguns casos, extinção das restituições de impostos sobre valor agregado para produtos exclusivamente para exportação.

Três diferentes segmentos são alvo da reforma. Benefícios para exportadores de bens intensivos em energia ou cuja produção seja altamente poluente (que totalizam 553 tipos de produtos, como cimento, fertilizantes, couro e sal) foram reduzidos. O segundo segmento é composto por produtos que impulsionam o superávit comercial e possuem pouca margem de lucro, como papel, plástico, borracha, têxteis e brinquedos. Para esta segunda categoria, a faixa de incentivo será reduzida de 8-17% para 5-11%. Outros dez tipos de produtos, como lona, selos e artigos em madeira terão seus incentivos completamente extintos.

Em movimento semelhante, a China diminuiu as tarifas de importação a fim de incentivar compras externas e beneficiar setores exportadores de terceiros países. Mais de 200 produtos sofreram cortes, entre os quais 20 categorias de eletrodomésticos e acessórios. A maior parte das tarifas será reduzida em 50%. As tarifas para aparelhos de ar-condicionado, refrigeradores e máquinas de lavar roupa, por exemplo, passarão de 10% para 6%. Tarifas para fornos microondas e elétricos sofrerão queda de 7 pontos percentuais, para 8%. Os cortes abrangem também eletrônicos, alimentos preparados e partes de eletrodomésticos.

A mudança no regime tarifário chinês pretende, primeiramente, mitigar a contribuição das exportações líquidas para o crescimento do PIB e equilibrar a balança de pagamentos internacionais do país. O governo chinês busca controlar investimentos nas indústrias voltadas à exportação e encorajar investimento em manufaturas de maior valor agregado.

Contribuição das exportações líquidas para o crescimento do PIB – Var. (%) anual



Os cortes de incentivos à exportação e de tarifas de importação podem também ser entendidos como concessões aos Estados Unidos e à União Européia. O enorme descompasso na balança comercial destes parceiros com a China faz com que os incentivos fiscais para indústrias exportadoras sejam interpretados como subsídios ilegais. O gesto conciliatório, porém, parece não ser suficiente para silenciar as críticas. As novas medidas anunciadas não reduzirão a pressão norte-americana e européia pela reforma cambial chinesa.

O superávit comercial chinês no primeiro semestre de 2007 registrou alta de 84% em comparação ao mesmo semestre de 2006, alcançando US\$ 112,5 bilhões. Com os Estados Unidos, o superávit chinês nos primeiros cinco meses de 2007 é de US\$ 96,3 bilhões, alta de 17,4% em relação ao mesmo período de 2006. Já a União Européia acumulou déficit de US\$ 36,6 bilhões no intercâmbio comercial com a China durante o primeiro semestre de 2007.

Indústria

Mercado consumidor mundial questiona qualidade dos produtos chineses

O que começou como uma série de incidentes isolados já toma, na mídia internacional, aparência de crise generalizada. De xaropes contra tosse e pastas de dente contaminados no Panamá a pneus e ração animal nos Estados Unidos, há um surto de *recalls* de produtos chineses, acusações contra as empresas e o sistema regulatório do país, bem como ameaças de boicote e adoção de salvaguardas. Em meio à agitação, algumas considerações devem ser feitas, visando avaliar a real dimensão da crise e salientar alguns aspectos pouco comentados.

A crise tem origem na corrupção interna do governo do país, especialmente na Administração Estatal de Alimentos e Medicamentos (State Food and Drug Administration, ou SFDA), e na Administração Geral de Controle de Qualidade, Inspeção e Quarentena (AQSIQ, em inglês). O jogo institucional e a confusão das atribuições e competências de ambas as administrações acirram o problema. É possível, ainda, apontar dificuldades enfrentadas por estes órgãos nas atividades de fiscalização, devido à extensão do território e limitações logísticas que dificultam a inspeção de fábricas no interior do país, e à inadequação do ordenamento legal e do aparato burocrático.

O governo central chinês não é observador passivo neste caso. A demissão e punição de dois altos oficiais do SFDA, a publicação de um plano quinquenal de aprimoramento de padrões de segurança, e declarações incisivas de autoridades chinesas são algumas das medidas tomadas pelo governo que transparecem a vontade política, ainda que não a capacidade, de resolver estes problemas.

Não se deve, contudo, esperar solução imediata ou reformas bruscas no sistema regulatório. É mais provável que as transformações de curto e médio prazos ocorram no interior das próprias empresas chinesas em resposta a pressões do mercado.

É importante ressaltar que existe um intermediário entre o mercado consumidor e o produtor chinês. O importador, ignorante do problema ou simplesmente negligente, é geralmente considerado responsável perante o consumidor final. É este, então, quem arca com grande parte dos prejuízos.

Pequenas revendedoras de pneus e grandes fábricas de ração são igualmente intimadas a indenizar consumidores. Nestes casos, o intermediário importador opera como um amortecedor, que reduz consideravelmente o impacto direto sobre os produtores chineses e, conseqüentemente, atenua a necessidade de transformação no curto prazo. No médio e longo prazos, no entanto, a resposta do mercado é repassada ao produtor, que poderá perder parcela importante de mercado ou perceber aumentos significativos dos custos de transação.

A produção clandestina chinesa, para quem o custo marginal da transição supera os benefícios da irregularidade, já se encontra em declínio à medida que marcas de qualidade internacional (Lenovo, SVA, Huawei, ZTE etc.) avançam no mercado doméstico e externo. Ao mesmo tempo, os ganhos de produtividade destas empresas de qualidade contribuem para reduzir a diferença entre o preço dos produtos de maior qualidade e as "bugigangas falsificadas", o que reduz, por sua vez, o apelo destas últimas.

Novidade ou exagero? – São conhecidas as deficiências do país referentes à regulação e controle de qualidade. É precisamente devido ao longo histórico destas deficiências que a amplitude e o viés da cobertura da mídia internacional sobre os eventos recentes parecem indicativos de motivações ulteriores.

Um motivo aparente é o ganho de competitividade dos produtos chineses, que abocanham fatias cada vez maiores dos mercados de países como Brasil e Estados Unidos e incitam fortes reações de setores protecionistas destas economias. Escândalos envolvendo suposta crise regulatória, neste sentido, serviriam como alavanca política em contenciosos comerciais, favorecendo maiores restrições à importação de produtos chineses.

Outros fatores contribuem para agravar o imbróglio. De um lado, o sensacionalismo oportunista levou à fabricação de factóides como o curioso caso dos baozi (popular sanduíche de porco) recheados com cartolina e banha suína, que mais tarde ficou comprovado como falso. De outro, a imperícia de usuários e importadores em avaliar a qualidade de certos produtos e sua prontidão em distribuir culpa a outrem tem levado a julgamentos precipitados, como o *recall*, nos Estados Unidos, de 450 mil pneus da chinesa Hangzhou Zhongce Rubber Co. Ltd.

Seria irresponsável minimizar os efeitos trágicos dos eventos recentes, que incluem a morte de centenas de pessoas e animais e outros danos a indivíduos e suas propriedades. Quase tão irresponsável, no entanto, é a generalização indevida que reforça estereótipos cada vez menos fiéis à realidade, e dificultam, assim, a compreensão das transformações em curso na indústria e governo chineses.

Mais uma vez, com emoção

Arthur Kroeber¹

A América Latina está recebendo uma segunda chance, graças em parte à China. A região prosperou com a alta dos preços de *commodities* no período de 1870 a 1914 – período entre a guerra civil norte-americana e a Primeira Guerra, e fase inicial da globalização marcada pelo desenvolvimento industrial dos Estados Unidos e Alemanha. A enorme prosperidade gerou impactos em toda a região. A renda per capita da Argentina esteve entre as maiores do mundo, o México lucrou com petróleo e outros países se beneficiaram com os preços elevados das matérias-primas.

Juntamente ao progresso econômico, porém, veio o fracasso social e político: uma elite restrita absorveu a maior parte da riqueza e pouquíssimo investimento foi de fato destinado à educação (ou mesmo capital humano em geral). Quando os mercados se fecharam durante e após a Primeira Guerra Mundial, as economias latino-americanas estagnaram e a vasta desigualdade social foi responsável por diversos tipos de conflito, até mesmo guerras civis. Alguns países chegaram a registrar crescimento econômico após a Segunda Guerra, não obstante a volatilidade de preço de *commodities* que levou a freqüentes crises e dificultou a liquidação de dívidas externas. Além disso, problemas fundamentais de estratificação social e de capital humano subdesenvolvido nunca foram resolvidos.

A ascensão chinesa, que em alguns aspectos lembra a norte-americana ao final do século XIX, gerou uma nova onda de altos preços das *commodities* que deverá durar mais alguns anos. Nos últimos cinco anos, este cenário favorável garantiu à América Latina a quitação de dívidas penosas. Já nos próximos cinco anos, a região talvez possa se aproveitar de baixas taxas de juros para impulsionar investimentos. Contudo, a nova alta de preços das *commodities* não deve durar para sempre. A questão central para a América Latina é se a região será capaz de evitar os erros cometidos há um século atrás. Suas nações enfrentam três desafios: flexibilizar suas economias; investir o fluxo de capital oriundo da prosperidade em educação, serviços sociais e infra-estrutura; e finalmente, o mais crucial, renegociar barganhas políticas de forma a impedir que a riqueza seja toda tomada por elites industriais conservadoras ou profissionais urbanos não-produtivos. Se alcançarem estas metas poderão, então, se beneficiar amplamente do rápido crescimento da China. Caso contrário, a região será deixada para trás pela segunda era da globalização da mesma forma em que foi pela primeira².

Não há panacéia

A discussão latino-americana sobre a China envolve duas questões. Primeiro, por que a China (e o Leste Asiático em geral) cresceu tão mais rápido? E segundo, o crescimento explosivo chinês, no geral, favorece ou prejudica o desenvolvimento da América Latina? A resposta à primeira pergunta é direta. A China – assim como ocorreu anteriormente com Japão, Coréia do Sul e Taiwan – acumulou volumosas poupanças em razão da alta produtividade agrícola; garantiu distribuição equitativa de terras; teve Estado tecnocrata eficiente que canalizou esta poupança através de investimentos em infra-estrutura física e educacional e ampliação da industrialização de base; e focou nas exportações como forma de conceder competitividade global à indústria nacional. Já os países latino-americanos, por outro lado, fizeram praticamente o contrário.

A segunda questão – se o crescimento chinês é um fator positivo ou não para a região – é mais problemática. A China mais que dobrou seu PIB per capita na década de 80, repetiu o feito nos dez anos seguintes, e o mesmo deve ocorrer novamente nesta década. Enquanto isto, a América Latina viu seu PIB per capita enfraquecer por

¹Arthur Kroeber é editor-chefe da *China Economic Quarterly* e diretor da *Dragonomics Research*

²Neste artigo "América Latina" se refere às principais economias da América do Sul – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela – e México. O autor está agradecido ao Dr. Walter Molano do BCP Securities e Norman Gall do Instituto Fernand Braudel em São Paulo pelas suas visões sobre história e sociedade latino-americanas; e ao Conselho Empresarial Brasil-China, cuja recente conferência sobre o impacto chinês e indiano na América Latina foi uma rica e importante fonte de idéias. O autor também se desculpa de antemão aos leitores latino-americanos pelas suas generalizações que necessariamente obscurecem a diversidade da região.

meio de endividamento nos anos 80 e apresentou modesta recuperação na década seguinte. Este início de século foi marcado por severa recessão (e colapso econômico no caso da Argentina), no entanto, o curso foi revertido pela explosão do preço das *commodities* desencadeada pela China a partir de 2003. Assumindo que o crescimento se mantenha constante, ou decline pouco abaixo das taxas atuais até 2010, esta será uma excelente década para a América Latina (ver Tabelas I e II). Mesmo assim, o crescimento da riqueza per capita ainda avança muito lentamente se comparado ao Leste Asiático. Os maiores beneficiados são os produtores de minérios e *commodities* agrícolas – setores que geram relativamente poucos empregos –, dessa forma o latino-americano médio dificilmente irá vivenciar progressos significativos em sua qualidade de vida, provenientes do sucesso econômico da China.

Tabela I

Crescimento do PIB per capita na China e América Latina – 1980 a 2010
Início do período = 100

Região	1980 a 1990	1990 a 2000	2000 a 2010*
China	211	242	232
Leste Asiático	176	198	201
América Latina	91	119	131
Argentina	74	138	147
Brasil	95	112	129
México	97	120	134

*Estimativa com base em estatísticas para o período de 2000 a 2006, mantendo-se a taxa de crescimento de 2003 a 2006 constante a fim de estimar período de 2007 a 2010

Fonte: Dragonomics, com base em dados de Enrique Dussel Peters, Banco Mundial & BCP Securities

Tabela II

Crescimento (%) médio anual do PIB – 2000 a 2007*

Países	2000 a 2002	2003 a 2007*
Argentina	-5,3	8,7
Venezuela	-1,0	6,9
Outros países latino-americanos	2,9	4,5

*Estimativa Dragonomics

Fonte: BCB Securities

O que o comércio com a China efetivamente fez foi possibilitar que os países latino-americanos escapem dos déficits debilitantes que caracterizavam suas balanças de pagamentos. A dívida externa média das sete maiores economias latinas deverá declinar de 41% em 2000 para 28% em 2007, e a maioria dos países passou de déficit a superávit em conta corrente (ver Tabela III). Mesmo países que não tiveram redução significativa de suas dívidas – como Colômbia e México – se beneficiaram com o declínio das taxas de juros causado pela reciclagem global do volumoso superávit da China e dos produtores de petróleo. Em suma, o crescimento chinês até o momento produziu poucos benefícios imediatos aos cidadãos latino-americanos, porém auxiliou os países da região a alcançarem base financeira que os permite investir sabiamente no futuro. Se realizarão esses investimentos de maneira correta, dependerá de seus governos e dos próprios cidadãos.

Tabela III

Dívidas da América Latina – 2000 a 2007

Países	2000			2007*		
	Conta corrente em (%) do PIB	Dívida externa em (%) do PIB	Taxa de juros média da dívida externa em (%)	Conta corrente em (%) do PIB	Dívida externa em (%) do PIB	Taxa de juros média da dívida externa em (%)
Argentina (1)	-3,3	51,5	8,4	1,7	42,0	5,5
Brasil	-5,6	50,6	17,0	2,1	31,8	7,5
Chile (2)	-1,4	13,7	5,7	7,1	11,0	2,3
Colômbia	0,8	40,7	7,2	-0,3	41,7	6,0
México	-2,6	31,0	8,4	-0,1	28,3	6,0
Peru	-3,4	50,6	(indisponível)	6,7	25,9	4,5
Venezuela	10,2	32,9	7,9	20,2	18,4	6,5
Média dos 7 países	-0,8	38,7	9,1	5,3	28,4	5,5

*Estimativa Dragonomics

(1) A taxa de endividamento da Argentina atingiu ponto máximo de 183% em 2002.
(2) Dados referentes à dívida do Chile são apenas do setor público.

Fonte: BCB Securities

Perdendo nos Estados Unidos...

Muitos analistas latino-americanos – e enraizados interesses industriais de lugares como São Paulo e Monterrey – vêem a alta das *commodities* como um amparo apenas relativo. Cientes do passado decepcionante da região como provedora de matérias-primas aos plutocratas norte-americanos, eles temem que a nova ordem mundial signifique simplesmente um novo conjunto de plutocratas (asiáticos). Outra visão mais sofisticada é de que economias com abundância de matéria-prima irão sofrer da “doença holandesa”, em que o superávit comercial proveniente das *commodities* valoriza a moeda nacional de forma a comprometer a competitividade dos preços de manufaturas domésticas no mercado internacional.

Como sugerido pela Tabela IV, tal preocupação não carece de fundamentos. Venezuela, Chile e Peru, que atualmente apresentam amplo superávit em conta corrente baseado em petróleo e cobre, viram saltos significativos nos termos de troca (razão entre preço das exportações e preço das importações) nos últimos três anos. Se não contrabalanceado por políticas monetárias efetivas, o risco de uma apreciação prejudicial da moeda é real. Já economias mais diversificadas como Argentina, México e Brasil registraram crescimento mais modesto dos termos de troca. Aparentemente, há pouco risco de que suas manufaturas sejam derrotadas apenas pelas flutuações de preços das *commodities*.

Tabela IV

Termos de troca da América Latina – 2003 a 2006 2000 = 100

Países	2003	2006
Venezuela	98,7	188,9
Chile	102,8	186,9
Peru	102,2	150,1
Colômbia	95,2	124,5
América Latina	98,6	117,5
Argentina	107,2	111,8
México	98,8	107,6
Brasil	97,0	102,4
América Central	92,6	87,3

Fonte: Antônio Barros de Castro, BNDES

Outro temor é de que a concorrência direta de manufaturas chinesas – tanto no mercado doméstico quanto em terceiros mercados – resultará no fim de várias indústrias latino-americanas. A participação dos produtos latino-americanos nas importações dos Estados Unidos foi recorde em 2001 de 16% e, desde então, tem decrescido marginalmente. No mesmo período, a participação chinesa no mercado norte-americano praticamente dobrou e alcançou 19%. De 2000 a 2006, segundo Maurício Mesquita Moreira, economista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a América Latina sofreu perdas equivalentes a US\$ 14 bilhões, ou 4% do total de exportações, resultado da competição chinesa no mercado norte-americano (quase três quartos desta perda foi sofrida apenas pelo México).

Contudo, para a maioria dos países latino-americanos, o nível geral de competição com a China ainda é baixo. A Tabela V sumariza análise da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o quanto as exportações chinesas se sobrepuseram àquelas de países latino-americanos e asiáticos. A mensagem é evidente: para países essencialmente dependentes de manufaturas intermediárias, como os Tigres Asiáticos e o México (único país latino-americano nesta condição), a China representa grande desafio. Já para países cuja pauta de exportação é mais concentrada em recursos naturais – Argentina, Brasil e Chile – a concorrência com exportações chinesas é baixa.

Tabela V

Competitividade comercial da China com países selecionados

0 = competição nula, 1 = competição completa

Países	Média de 2002 a 2004
Tailândia	0,64
Coréia do Sul	0,55
México	0,53
Malásia	0,53
Estados Unidos	0,44
Indonésia	0,43
Filipinas	0,39
Japão	0,38
Brasil	0,26
Argentina	0,14
Chile	0,09

Fonte: OCDE

As balanças comerciais bilaterais, economicamente irrelevantes, porém politicamente significativas, apontam para uma situação aparentemente amedrontadora. O México já registra déficit gigantesco com a China e, mesmo países como Brasil e Argentina que desfrutaram de modesto superávit bilateral, em razão do comércio de matéria-prima, logo assistirão o saldo positivo se reverter em déficit na medida em que mercados domésticos são inundados por produtos chineses (ver Tabela VI). Em 2006, a América Latina registrou déficit comercial com a China, resultado que deve se alargar nos próximos anos.

Tabela VI

Balança comercial entre China e América Latina – US\$ bilhões

Países	2000	2003	2006
Argentina			
Comércio total	1,8	3,2	4,7*
Balanço	-0,3	1,8	1,7*
Brasil			
Comércio total	2,4	6,9	16,4
Balanço	-0,3	2,2	0,4
Chile			
Comércio total	1,9	3,1	6,9*
Balanço	-0,1	0,5	1,8*
México			
Comércio total	3,1	9,9	26,1
Balanço	-2,7	-8,9	-22,8

*Dados de 2005 Fonte: UN Comtrade

...mas vencendo em casa

Análise pontual na balança comercial com certeza exclui elementos cruciais. A perda de participação da América Latina no mercado dos Estados Unidos coincide exatamente com substancial recuperação do crescimento da região. Apenas uma microscópica proporção deste crescimento pode ser atribuída diretamente ao superávit comercial de países latino-americanos com a China. Mais relevantes foram as mudanças nos termos de troca e a redução drástica das taxas de juros, que encorajou investimentos.

O aumento da prosperidade latino-americana, apesar de perdas registradas por alguns setores manufatureiros, deve colocar em questão a credibilidade da tradicional, e autodestrutiva, política protecionista. A resposta mais inteligente seria reconhecer que a ascensão da China – e depois desta, Vietnã e Índia – demonstra que a produção manufatureira intensiva em mão-de-obra será provavelmente uma

característica asiática no longo prazo. Isto não significa que a América Latina deva desistir da industrialização. No entanto, reflete a necessidade de que a industrialização deve basear-se em vantagens comparativas, ao invés de noções arbitrárias dos segmentos indústrias que um país rico “deveria” priorizar.

Na maioria dos casos, isto se traduz na criação de indústrias de processamento que extraem a base dos recursos naturais. O Chile apresentou um começo aceitável nesta direção – por exemplo, ao desenvolver indústria vinícola depois que suas uvas frescas foram rejeitadas pelo mercado norte-americano. O Brasil já possui algumas indústrias de processamento agrícola bastante competitivas (como soja e etanol) e poderia desenvolver muitas outras. O México, por outro lado, tem uma longa história de industrialização mal orientada. Primeiro tentou sustentar indústrias não-competitivas, e depois do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, na sigla em inglês) em 1994, acabou por alugar sua força de trabalho às multinacionais norte-americanas através das fábricas “maquiladoras”. Tal estratégia desmoronou depois que as multinacionais descobriram na China força de trabalho mais barata e produtiva. A situação foi agravada com o salto do custo da mão-de-obra mexicana em 70% entre 1994 e 2001 – a China registrou queda no preço da mão-de-obra de 10% no mesmo período.

Hora de acordar

Se um dos meios para se alcançar o crescimento sustentável é promover a industrialização com base na capacidade real dos recursos ao invés de pré-concepções, outro meio é descartar mitos obstrutivos. Uma fantasia otimista já se encontra praticamente morta: a idéia de que a China poderia milagrosamente financiar uma solução ao déficit de infra-estrutura da América Latina. Esta falsa esperança foi alimentada pelo presidente chinês Hu Jintao, que durante visita regional em 2004 distribuiu notas imaginárias de bilhões de dólares em forma de promessas futuras de investimentos em infra-estrutura. Nenhum destes investimentos foi materializado. O investimento direto chinês na região em 2005 foi de US\$ 651 milhões (abaixo do valor registrado no ano anterior, de US\$ 882 milhões) e contabilizado como apenas 1% do investimento estrangeiro direto (IED) aplicado na América Latina em instituições não-financeiras. Segundo a OCDE, os países latino-americanos investiram de 2% a 3% do PIB em infra-estrutura nas últimas duas décadas, pouco se comparado aos 9% da China. De qualquer forma, aumento dos investimentos no setor deve ser financiado, em sua maior parte, internamente.

Um segundo mito é que o acelerado progresso econômico da China resulta de desconsideração sistemática do temido “consenso de Washington” como modelo de crescimento, e que isso representaria uma lição para as economias latino-americanas escravizadas pelo falso Deus do neoliberalismo. Na verdade, a China é em diversos aspectos aluno exemplar do modelo neoliberal. O país mantém baixa tributação e sistema fiscal enxuto e rígido. Seu mercado de trabalho é um dos menos regulados do mundo. O que sobrou de ineficiente da economia sob o controle do Estado foi prontamente eliminado. Regulação limitada significa que o empreendedorismo floresceu no país. Estas podem ser lições positivas, mas estão bem de acordo com as prescrições ortodoxas de economistas.

Um último mito é que a competitividade chinesa seria resultado de uma política cambial conspiratória, práticas comerciais desleais, e uma traiçoeira desconsideração dos orientais por direitos trabalhistas, direitos humanos, segurança no trabalho e meio ambiente. Sem dúvida, o crescimento da China se deu ao custo de abuso do trabalhador e degradação ambiental. Entretanto, mesmo que a China começasse a internalizar tais custos amanhã e compensasse sua moeda, suas indústrias ainda seriam mais competitivas do que as latino-americanas.

A verdadeira lição do crescimento chinês é que pragmatismo político e investimento em infra-estrutura e capital humano trazem benefícios maiores do que os custos atrelados a essas medidas. Mais importante – e este é um ponto frequentemente esquecido por economistas – é o papel do Estado na prevenção da captura da riqueza nacional por elites econômicas predatórias. Na América Latina atualmente, assim como na China, tal requerimento significa que o Estado deve simultaneamente reduzir seu papel onde obstrui a criação de riqueza e aumentá-lo para garantir ampla distribuição dos benefícios.

O remédio econômico que a América Latina precisa engolir é óbvio: maior flexibilidade e investimento em infra-estrutura, particularmente em educação. O problema consiste no fato de que nada disto pode ser alcançado sem reestruturação dos arranjos políticos que, por tanto tempo, têm favorecido certas elites. A boa notícia é que as maiores economias latino-americanas – Argentina, Brasil, Chile e México – agora possuem democracias estáveis que possibilitam que uma nova barganha política seja consolidada. Essas economias podem, ainda, obter sucesso em sua segunda chance.

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

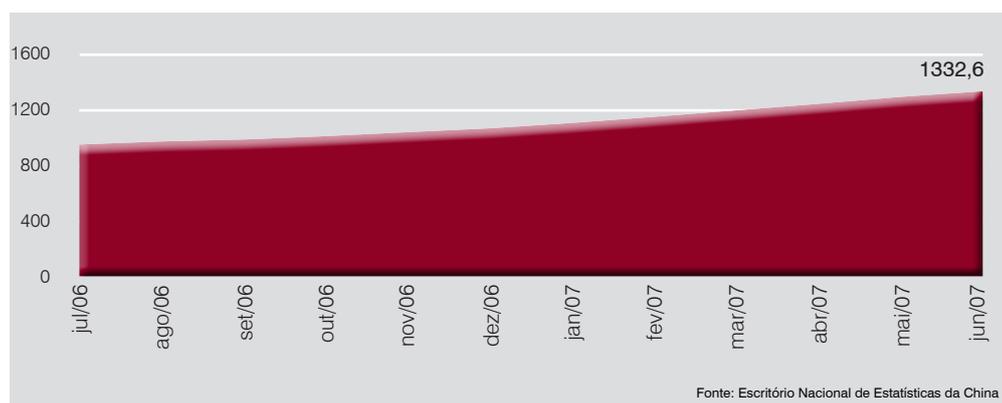
Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 04.06.2007. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Sistema financeiro

Novo fundo estatal de investimentos é criado para administração das reservas chinesas

O Congresso Nacional do Povo aprovou a venda de Rmb 1,55 trilhão (aproximadamente US\$ 203,5 bilhões) em títulos do governo chinês para financiar a nova empresa estatal de administração de fundos, a China Investment Co Ltd. A empresa, criada em março de 2007, objetiva maior retorno financeiro das reservas cambiais do país. O Ministério das Finanças (MOF, em inglês) emitirá os títulos diretamente ao Banco do Povo da China, banco central chinês, em troca de parte de suas reservas internacionais que, em junho, alcançaram US\$ 1,332 trilhão. Assim, o banco central venderá esta dívida ao mercado para gradualmente drenar a liquidez da economia.

Reservas Internacionais - US\$ bilhões



Inicialmente, o banco central venderá as reservas e reterá os títulos antes de cedê-los diretamente ao mercado, instituições financeiras e outros investidores. Segundo o MOF, o impacto da transação para a economia chinesa será neutro. Os títulos serão vendidos em três ou quatro lotes, e o tempo de maturação será de dez anos, com o objetivo de criar *benchmarks* para retornos de longo prazo.

A China Investment Co Ltd. entrará em funcionamento em setembro e poderá possibilitar a aquisição de participações minoritárias em empresas estratégicas para o crescimento do país, além de ativos financeiros. Atualmente, a maior parte das reservas chinesas está investida em títulos de tesouro pouco lucrativos e outros instrumentos de renda fixa. A criação da empresa coincide com a intensificação do debate global acerca do papel dos órgãos soberanos de investimento e seu crescente impacto nos mercados financeiros.

Comércio bilateral

Governo brasileiro restringe importações da China

O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) aprovou aplicação de direito provisório de *antidumping* sobre alto-falantes e escovas de cabelo importados da China a partir de 27 de junho. A decisão visa atender demanda de fabricantes brasileiros que alegam concorrência desleal dos produtos chineses no setor. A medida, de duração prevista de seis meses, sobretaxa em US\$ 2,75 e US\$ 14,49 o quilo de alto-falante e escova de cabelo da China, respectivamente.

No primeiro semestre de 2007, as importações de escovas de cabelo chinesas cresceram 19,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Para alto-falantes foram considerados três segmentos distintos importados da China. Compras de alto-falantes únicos montados em seu próprio receptáculo e os alto-falantes múltiplos montados em mesmo receptáculo cresceram 54,5% e 108,3%, respectivamente, no primeiro semestre de 2007 em relação aos mesmos meses de 2006. Já no segmento de outros alto-falantes houve queda de 97,6% das importações da China no mesmo período.

Mineração

Vale do Rio Doce e Baosteel assinam protocolo para criação de siderúrgica

A Companhia Vale do Rio Doce e a chinesa Baosteel assinaram protocolo de intenções com o governo do Espírito Santo para a construção de usina produtora de placas de aço, em 17 de julho. Com capacidade inicial de 5 milhões de toneladas anuais, o projeto deverá ser construído no pólo industrial e de serviços de Anchieta. Inicialmente, a usina seria implantada no Maranhão, contudo a localização foi alterada em razão de exigências impostas pelo governo do estado.

Investimento

Acordo sino-brasileiro promove construção de duas usinas de álcool no Brasil

Parceria entre a empresa brasileira, Grupo Farias, e a estatal chinesa, BBKA Bioquímica, será responsável pela criação de duas usinas de álcool no Brasil. A previsão é de que o projeto seja o segundo maior do país, com produção inteiramente voltada à exportação para a China. Previsto para entrar em funcionamento entre 2009 e 2010, o projeto será construído no Maranhão e produzirá inicialmente 800 milhões de litros de etanol por safra. O custo total das usinas é de cerca de US\$ 200 milhões. O Grupo Farias deverá deter participação majoritária na parceria e pretende reduzir as tarifas de importação sobre o etanol junto ao governo chinês, que variam entre 30 e 40%.

Comércio internacional

Fracasso das negociações com a China faz Estados Unidos retornarem a OMC

Os Estados Unidos solicitaram abertura, em julho, de painel de solução de controvérsias na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra subsídios concedidos pelo governo chinês às indústrias domésticas produtoras de aço, bens tecnológicos e outras manufaturas. A decisão se dá após negociações de resultado pouco expressivo, que se arrastam desde a abertura de processo de consultas em fevereiro. Na ocasião, os Estados Unidos receberam apoio da Austrália, Japão, México e União Européia.

Relações bilaterais

Suíça reconhece China como economia de mercado

A Suíça reconheceu a China como economia de mercado plena. A declaração, emitida em conjunto com o Ministério do Comércio da China em 9 de julho, foi a primeira de um país europeu. A União Européia, assim como Japão e Estados Unidos, se recusa a conceder o *status* de economia de mercado ao país.

Leia mais na
Carta da China 25

Atualmente, aproximadamente 65 países reconhecem a China como economia de mercado, dentre os quais Nova Zelândia, Venezuela, Rússia e os membros da ASEAN. Apesar de ter assinado memorando de entendimento concedendo tal *status* à China em 2004, o Brasil ainda não regulamentou a concessão deste *status*, não produzindo efeitos internamente. Desta forma, nas investigações de *dumping* conduzidas pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para efeitos de cálculo do preço normal do produto em análise, tem sido utilizado como base o preço de produtos similares produzidos e exportados por países classificados como economia de mercado.

Sistema bancário I

Banco chinês ultrapassa Citigroup como maior do mundo

O Banco Industrial e Comercial da China (ICBC, na sigla em inglês) tornou-se o maior banco do mundo em termos de valor de mercado (somatório do valor das ações emitidas para negociação, a preços correntes) após salto de suas ações em 23 de julho. Suas ações na bolsa de Xangai subiram 2,68% e atingiram Rmb 5,75 (aproximadamente US\$ 0,76). Com a alta, seu valor de mercado foi elevado a US\$ 254 bilhões, o que excede em US\$ 3 bilhões o Citigroup.

O banco chinês foi favorecido pela queda das ações do Citigroup e pela alta do yuan em relação ao dólar, porém a conquista pode ser atribuída também ao superaquecimento da bolsa de Xangai. A renda bruta do ICBC em 2006 foi de US\$ 24 bilhões, valor significativamente inferior aos US\$ 90 bilhões do banco norte-americano.

Infra-estrutura

Nova área portuária com tarifas especiais é inaugurada

A China inaugurou na cidade de Dalian nova área portuária com preferência tributária, o mais importante passo para formação da zona de livre comércio entre China, Japão e Coreia do Sul. A Área Portuária de Dayaowan (Dayaowan Bonded Harbour Area) receberá tratamento tributário e políticas cambiais privilegiadas. Os privilégios deverão consistir em isenção de impostos de valor agregado e de consumo incidentes nas operações entre os países-membros, isenção de tarifas de transporte internacional e devolução de tarifas de transporte doméstico.

A construção da nova área portuária custou aproximadamente US\$ 25 milhões e inclui depósitos, terminais de containeres e unidades de processamento e de serviços de logística, cobrindo área total de 3 km².

Sistema bancário II

Bancos estrangeiros na China apresentam bons resultados

Segundo relatório divulgado pelo banco central chinês, Citigroup, ABN Amro Holding e outros bancos estrangeiros na China triplicaram seus lucros no país, após receberem licenças para oferecer serviços em moeda local. As instituições lucraram em conjunto US\$ 401 milhões nos primeiros cinco meses de 2007, um incremento de 43% em relação ao ano anterior. Nos últimos cinco anos, os lucros dos bancos estrangeiros aumentaram 14%. Mesmo representando parcela ainda muito pequena do mercado financeiro chinês, lembrando que o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC, na sigla em inglês) lucrou no primeiro trimestre de 2007 mais de US\$ 2,4 bilhões, a notícia é animadora. Em termos de crescimento, os bancos estrangeiros deverão ultrapassar seus rivais nacionais este ano.

Estimativas apontam que os bancos estrangeiros deverão dobrar suas equipes na China para cerca de 36 mil funcionários até 2010. Este número, no entanto, ainda está longe de ser suficiente para desbancar o poder de mercado dos bancos locais. O ICBC, maior banco da China, opera 18 mil agências e tem 153 milhões de clientes.

Mercado financeiro I

Aprovadas regras para negociação de futuros de índices de ações

A China Financial Futures Exchange (CFFEX) aprovou regras para negociação de futuros de índice de ações (*stock index futures*), em preparação ao lançamento do mercado futuro de índices. Ainda não foi divulgado quando a nova legislação entrará em vigor, tampouco quando a negociação começará a ser permitida. As normas aprovadas regulam práticas de mercado, procedimentos de compensação, direitos e obrigações dos membros, controle de risco, gerenciamento de informação, investigação e punição de práticas irregulares, e operações de *hedging* (investimento com objetivo específico de reduzir ou eliminar o risco de outro investimento). A medida tem como objetivo criar ferramenta efetiva de *hedging* necessária para garantir minimização de riscos no volátil mercado acionário chinês.

Sistema bancário III

China pune bancos estrangeiros

Dez bancos internacionais, incluindo HSBC, Citibank e Standard Chartered, e 19 bancos domésticos foram punidos pela Administração de Câmbio da China (SAFE, em inglês), por violar regras do setor e contribuir para o ingresso de capital especulativo no país. A SAFE conduziu auditoria nos bancos punidos e identificou operações que permitiram o ingresso de capital estrangeiro especulativo nos mercados acionário e imobiliário chinês. Estas operações facilitavam ingresso de enormes quantias de capital especulativo camuflados de comércio e investimento direto. Os bancos foram obrigados a assinar termo de compromisso para garantir que vão respeitar as leis chinesas para negociações bancárias. Não foi divulgado, porém, qual a punição aplicada.

Deng Xianhong, diretor presidente da SAFE, declarou que as operações impactaram negativamente no crescimento sustentável do país e na tentativa do governo chinês de conter o crescimento. O ingresso de capital estrangeiro na China registrou significativo aumento em 2007 e parcela significativa de capital foi desviada para o aquecido mercado acionário e para os principais mercados imobiliários chineses.

Indústria automobilística

Empresas chinesas e americanas firmam acordos de cooperação

A empresa norte-americana importadora de veículos chineses China America Co-operative Automotive Inc. (Chamco Auto) e a chinesa Zhongxing Automobile Co. Ltd. (ZXAUTO) anunciaram a instalação de montadora em Tijuana, México. Será a primeira fábrica chinesa a ser instalada na América do Norte e facilitará a importação de veículos chineses pelos Estados Unidos, México e Canadá. Inicialmente, a ZXAUTO montará picapes e utilitários para o mercado norte-americano, que representa potencial de venda de aproximadamente 150 mil veículos por ano, segundo Xiao Wei, presidente da empresa.

Para explorar os mercados de automóveis da Europa, Estados Unidos e China está sendo formada parceria entre a norte-americana Chrysler e a chinesa Chery Automobile. Também por meio de *joint-ventures*, a Peugeot Citroën e a Volkswagen têm aumentado sua participação no mercado chinês. O setor automobilístico chinês está em franca ascensão e registrou aumento de aproximadamente 20% em vendas na primeira metade do ano.

Sistema bancário IV

Governo chinês amplia mercado interbancário

O banco central chinês permitirá concessão de empréstimos entre seguradoras, sociedades de arrendamento mercantil e *trust companies*, a partir de 6 de agosto. Com a inclusão de novas instituições, o mercado de empréstimos interbancários passará a englobar todas as instituições bancárias e a maioria das instituições financeiras não-bancárias.

A decisão busca contribuir para maior transparência do setor financeiro, facilitar reforma da taxa de juros e derrubar barreiras entre bancos, seguradoras e fundos, com o intuito de possibilitar maior mobilidade de capital. As instituições envolvidas, ao participarem do mercado interbancário, poderão também adquirir maior autonomia ao gerenciar controle de riscos.

O mercado de empréstimos interbancários é o meio pelo qual instituições financeiras compram e vendem recursos necessários para atender a exigências legais de reservas de curto prazo. Estabelecido na China em 1996, o mercado recebeu 730 novos participantes até o final de 2006, quando o volume negociado atingiu US\$ 283 bilhões, o equivalente a dez vezes o valor movimentado há uma década.

Mercado financeiro II

Chineses ganham maior liberdade para investir no exterior

Com o intuito de frear o mercado acionário doméstico, empresas chinesas de administração de fundos e de títulos receberão permissão governamental para investir no exterior a partir de julho. A China Securities Regulatory Commission (CSRC) passou a conceder licença para estas empresas atuarem como investidores institucionais nacionais qualificados (QDII, na sigla em inglês). De acordo com as novas regras, serão permitidos investimentos em ações de empresas, depósitos bancários, títulos da dívida de governos e de empresas, bônus conversíveis, títulos futuros e ativos securitizados. A inclusão de novas empresas no grupo dos QDIIs, que até então era constituído apenas por bancos e seguradoras, busca também diversificar as opções de investimento e desenvolver a capacidade dos agentes chineses de investir no exterior.

Energia

Primeiro gerador chinês em Três Gargantas entra em funcionamento

O primeiro gerador de turbina de fabricação chinesa iniciou operação na usina de Três Gargantas no início de julho. O equipamento, capaz de gerar 700 MW, marca o sucesso do projeto chinês de fabricação doméstica destes geradores. O projeto conta com a participação de equipe de técnicos brasileiros, familiarizados com a operação de equipamento similar em Itaipu.

Veja mais na
Carta da China 27

Meio ambiente

Governo fecha empresas em combate à poluição

Em resposta às constantes críticas sobre a falta de fiscalização ambiental, o governo chinês ordenou o fechamento de 32 empresas que despejavam resíduos poluentes nos rios e declarou que não serão concedidos empréstimos bancários a empresas violadoras de normas ambientais. Por intermédio da Administração de Proteção ao Meio Ambiente do Estado, o governo também proibiu a produção e importação de dois tipos de compostos prejudiciais à camada de ozônio, entre eles os CFCs.

Esta iniciativa do governo chinês não é suficiente para resolver um dos maiores problemas enfrentados pelo país, a degradação ambiental. Estimativas apontam que 70% dos rios chineses estão poluídos e que mais de 300 milhões de pessoas não têm acesso à água potável no país. Recente relatório produzido pelo Banco Mundial afirma que ocorreram 750 mil mortes prematuras em consequência da poluição no país em 2006. O governo alega que o estudo ainda não foi concluído e que a divulgação de resultados ainda é precipitada.

Leia mais na
Carta da China 28

Governo chinês

Gabinete chinês é alterado novamente

Poucos meses antes do 17º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, o Conselho de Estado, gabinete ministerial chinês, passou por novas modificações. Pela segunda vez, foi indicado para o cargo de ministro renomado profissional não-membro do Partido Comunista. Esta indicação e as outras realizadas, mais do que revelar comprometimento com abertura política ou flexibilização do controle

do Partido Comunista sobre os altos escalões do governo, ilustra a compreensão da necessidade de lideranças competentes em setores considerados estratégicos. Mudanças foram feitas na pasta da Saúde; na presidência do Banco de Agricultura da China; na Comissão Regulatória de Seguros; e no Ministério de Finanças.

Leia mais na
Carta da China 27

Chen Zhu, biólogo membro da Academia Chinesa de Ciências e não-membro do Partido Comunista, foi indicado pelo Conselho de Estado para o cargo de Ministro da Saúde. Seu antecessor, Gao Qiang, no entanto, será mantido como vice-ministro e secretário da comissão do Partido no ministério e continuará, assim, a exercer grande influência no ministério. Chen é o segundo ministro não-comunista a compor o gabinete desde meados dos anos 50, tendo sido indicado apenas dois meses depois do primeiro, Wan Gang, atual ministro de Ciência e Tecnologia. Ambos se destacam por sua capacitação profissional, longa experiência acadêmica e inexpressiva carreira política.

Para compreender
a estrutura do governo chinês,
visite estudo disponível no
site do CEBC

Yang Mingsheng deixa a presidência do Banco de Agricultura para ser o segundo no comando da Comissão Regulatória de Seguros. Yang será substituído na presidência do banco por Xiang Junbo, vice-diretor do Banco do Povo da China, o banco central chinês. Xiang, que conta com experiência como auditor, terá por desafio a regularização das contas do banco e, futuramente, seu ingresso no mercado acionário. Zhang Hongli, PhD em economia e funcionário do ministério de Finanças desde 1989, foi promovido de ministro-assistente a vice-ministro de Finanças.

Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel

Marla Naumann

Zaira Lanna

Estagiários: Ana Luiza do Carmo, Dani Nedal e Estêvão Salles

Projeto gráfico

Casa do Cliente Comunicação 360º – www.casadocliente.com.br

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br